

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

LICITAÇÃO Nº 303-2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 173-2018

PARTE A – PREÂMBULO

I. Regência legal:

Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Municipal nº. 2.593/05 de 07 de julho de 2005; Lei Estadual nº. 9.433/05 de 01 de março de 2005 e suas alterações; Lei Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Municipal nº. 7.583, de 05 de setembro de 2008; Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

II. Repartição interessada e setor:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEADM

III. Número de ordem:

Pregão Presencial 173-2018

IV. Licitação nº :

Licitação 303-2018

V. Finalidade da licitação/objeto:

Contratação de empresa para aquisição de óleos, graxa, filtros, fluidos, aditivos, anel oring tampa/óleo para motor Fiat e abraçadeira para terminal de combustível para os veículos da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, das marcas: RENAULT, FIAT, VOLKSWAGEM, FORD, IVECO, AGRALE, MERCEDES BENZ, MARCO POLO, VOLARE, CHEVROLET, KIA, CITROEN, NISSAN, ou outras marcas que possam ser adquiridas posteriormente, pelo período de 12 (doze) meses.

VI. Tipo de Licitação

Menor Preço: Por item
 Por Lote
 Global

VII. Forma de Execução

Parcelada
 Única

VIII. Prazo de execução do objeto

12 (doze) meses, a contar da emissão da Ordem de Fornecimento pelo Órgão Competente.

IX. Local, data e horário para início da sessão pública da licitação:

Endereço: **Avenida Sampaio, nº 344, Centro, Feira de Santana – Bahia.**

Data: **28 de dezembro de 2018.**

Horário: **14h30min** (horário local)

X. Dotação - Unidade Gestora:

0505 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEADM

Projeto/Atividade:

04.122.051.2015

Elemento de despesa:

33.90.30.02 / 33.90.30.06
Fonte 00

XI. Patrimônio Líquido mínimo necessário:

10% (dez por cento) do valor orçado pela Administração.

XII. Local, horário e responsável pelos esclarecimentos sobre este edital:

Pregoeira e Decreto de designação: Sr^a. Mariane Jerusa das Neves, pregoeira designada na forma do Decreto nº. 10.583, de 03 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Endereço: Avenida Sampaio, nº. 344 – Centro - Feira de Santana – Bahia, Cep: 44.001-584.

Horário de atendimento

Telefone para contato

E-mail da Pregoeira

09h00 às 12h00 e 14h00 às 17h00

(75) 3602 – 8333/8345

marianeneves@pmfs.ba.gov.br

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

PARTE B – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por escopo o objeto descrito no **item V do preâmbulo**, conforme especificações, quantitativos e condições constantes no **Anexo I** deste Edital.
- 1.2. O prazo de execução do objeto, a contar da data de emissão da ordem de serviço, está indicado no **item VIII do preâmbulo**, admitindo-se a sua prorrogação nos termos dos arts. 141 e 142 da Lei Estadual 9.433/05.
- 1.3. O tipo da licitação está indicado no **item VI do preâmbulo**.
- 1.4. A contratação com a empresa vencedora obedecerá às condições da minuta de contrato constante do **Anexo VI** deste Edital.
- 1.5. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta da dotação orçamentária especificada no **item X do preâmbulo**.

2. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e nos seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.
- 2.2. Não serão admitidas empresas em consórcio nem as que estejam suspensas temporariamente de participar e de licitar com a Administração Pública ou ainda as declaradas inidôneas, na forma dos incisos II e III do art. 186 da Lei Estadual nº. 9.433/05.
- 2.3. Em consonância com o art. 200 da Lei Estadual nº 9.433/05, fica impedida de participar desta licitação e de contratar com a Administração Pública a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar e que tenha objeto similar ao da empresa punida.
- 2.4. É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais, conforme o art. 125 da Lei Estadual nº. 9.433/05.

3. REGÊNCIA LEGAL DA LICITAÇÃO

- 3.1. Esta licitação obedecerá, integralmente, as disposições da Lei Estadual nº. 9.433/05, Lei Municipal nº. 2.593/05 e das Leis Federais nº. 10.520/02 e nº. 8.666/93, no que for pertinente.

4. CREDENCIAMENTO

- 4.1. Após a Pregoeira conceder 10 minutos de tolerância do horário fixado para a licitação, não será recebida documentação de credenciamento, proposta da empresa retardatária e, em nenhuma hipótese, será concedido prazo para apresentação ou complementação de documentos exigidos neste edital, nem admitida qualquer retificação ou modificações das condições ofertadas, salvo nas hipóteses previstas em Lei.
- 4.2. Reputa-se credenciada junto à pregoeira a pessoa física regularmente designada para representar a licitante no processo licitatório.
- 4.3. O credenciamento de sócios far-se-á através da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, e no caso das sociedades por ações, acompanhado do documento de eleição e posse dos administradores (cópia autenticada).
- 4.4. O credenciamento de mandatários far-se-á mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular. Tratando-se de instrumento particular, deverá ter **firma reconhecida em cartório**, e que contenha, preferencialmente, o conteúdo constante no modelo do **ANEXO IV, devendo ser exibida a prova da legitimidade de quem outorgou os poderes (cópia autenticada)**.

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

- 4.5. Cada licitante poderá credenciar apenas um representante, ficando este adstrito a apenas uma representação.
- 4.6. O representante legal deverá apresentar cópia do documento de identificação com foto.
- 4.7. O Microempreendedor Individual (MEI), as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar declaração de que atendem os requisitos do artigo 3º e 18-A § 1º da Lei Complementar nº. 123/2006, para que possam fazer jus aos benefícios previstos na referida lei, bem como que, inexistem fatos supervenientes que conduzam ao desenquadramento desta situação. **A declaração a qual se refere o item acima deverá estar assinada pelo representante legal da empresa.**
- 4.8. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal nº. 123 de 14 de setembro de 2006 poderão caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

5. PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. QUANTO À FORMA E VALIDADE

- 5.1.1. Os documentos da proposta de preços e da habilitação deverão estar dispostos ordenadamente, contidos em 02 (dois) envelopes distintos, lacrados, indevassados, os quais deverão estar rubricados pelo representante legal da empresa, ou por seu mandatário, devendo ser identificados no anverso à razão social da empresa, os **Itens de III a V do preâmbulo**, além da expressão, conforme o caso **Envelope A – Proposta de Preços** ou **Envelope B – Habilitação**.
- 5.1.2. A proposta de preços deverá estar em original, datilografada ou digitada apenas no anverso, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada pelo representante legal da licitante, ou por seu mandatário.
- 5.1.3. Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.
- 5.1.4. Os documentos de credenciamento e habilitação não autenticados em cartório poderão também ser autenticados por servidor da Administração, quando exibido o original.
- 5.1.5. As certidões extraídas pela *internet* somente terão validade se confirmada sua autenticidade.
- 5.1.6. O documento que não apresentar expressamente a data do vencimento terá como prazo de validade 90 (noventa) dias após sua emissão.

5.2. PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.2.1. **O PROPONENTE DEVERÁ ELABORAR A SUA PROPOSTA DE PREÇOS CONFORME O MODELO DO ANEXO II**, expressando os valores em moeda nacional—reais e centavos, em duas casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.
- 5.2.2. **O Critério de Julgamento:** Será considerada vencedora a licitante que apresentar **o menor valor global**, atendendo assim, ao critério do “menor preço”, fazendo-se a classificação dos demais em ordem crescente dos valores propostos.
- 5.2.3. Ocorrendo divergência entre o preço global em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.
- 5.2.4. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela contratada das obrigações.

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

- 5.2.5. Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando a condição de pagamento à vista, não devendo, por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.
- 5.2.6. A proposta de preços terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data fixada no **item IX do preâmbulo** para início da sessão pública, facultado, porém, aos proponentes estender tal validade por prazo superior.
- 5.2.7. Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.
- 5.2.8. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, nem propostas com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.
- 5.2.9. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Edital ou que consignarem valor global superior aos praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato. Ressalte-se que nos casos de pregão pode ser aplicado o disposto no artigo 97, § 1º da Lei 9.433/2005.
- 5.2.10. A formulação da proposta implica para o proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

5.3. HABILITAÇÃO

- 5.3.1. A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação:
- de registro público, no caso de empresário individual;
 - em se tratando de sociedades empresárias, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores;
 - no caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores;
 - decreto, de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
 - Cédula de identidade dos sócios da empresa.**
- 5.3.2. A **Regularidade Fiscal e Trabalhista** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
 - prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, que abranja, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
 - prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos/CND e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme exigência da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

- 5.3.3. A **Qualificação Técnica** será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
- Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados, com indicação do(s) local(is), data(s) do(s) fornecimento(s) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, através do(s) qual(is), individualmente ou somados, fique comprovada a efetiva prestação do serviço, compatível com a dimensão do objeto licitado. Os Atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito privado deverão possuir a(s) assinatura (s) do responsável do órgão expedidor reconhecida(s) em cartório.
- 5.3.4. **Qualificação Econômico-Financeira** será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
- Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, devidamente registrados na Junta Comercial de domicílio da licitante, exceto para os casos previstos no Decreto nº 8.683/16;
 - No balanço deverá constar a assinatura do contador;
 - Sob pena de inabilitação, o patrimônio líquido mínimo da empresa será correspondente a 10% do valor total do objeto licitado, na forma da lei;
 - Será considerada inabilitada a empresa que, no uso das prerrogativas da Lei 123/06 e suas alterações, ficar comprovado, através do Balanço Patrimonial, que as Demonstrações do Resultado do Exercício – DRE, foram superiores aos limites estabelecidos na referida Lei;**
 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data recente.
- 5.3.5. **Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor**, em atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual nº. 9.433/05, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, se for o caso, o emprego de menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, conforme modelo constante do **Anexo V** deste Edital.
- 5.3.6. **Declaração de Superveniência** - Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, de acordo com modelo no **Anexo IX**.
- 5.3.7. **Declaração de Inexistência de Servidor Público/Empregado Público** - declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando que não possui no quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista, conforme modelo do **Anexo X**;
- 5.3.8. **Declaração individual de todos os sócios, de inexistência de fatos impeditivos de** para contratar com a administração pública, conforme **ANEXO XI**, podendo ser assinada pelo representante legal da empresa, devidamente designado para o certame.
- 6. PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO**
- 6.1. FASE INICIAL**
- 6.1.1. A sessão pública do pregão terá início no dia, hora e local designados no **item IX do preâmbulo**, devendo o representante da licitante efetuar o seu credenciamento, comprovando que possui os necessários poderes para formulação de propostas, lances, negociação e para a prática dos demais atos inerentes ao certame.
- 6.1.2. **No credenciamento**, os licitantes entregarão a pregoeira a **Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação**, conforme o modelo constante do **Anexo VII**, em seguida, o **Envelope A - Propostas de Preços** e o **Envelope B – Habilitação**.
- 6.1.3. **A declaração de pleno atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital deverá ser apresentada fora dos Envelopes A e B, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VII do Edital.**

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

- 6.1.4. Iniciada a sessão pública do pregão e efetuada a entrega dos **Envelopes A e B**, com a respectiva documentação, não cabe desistência da proposta.
- 6.1.5. A abertura dos envelopes relativos aos documentos das propostas e de habilitação será realizada sempre em ato público, do qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelos licitantes e pela pregoeira.
- 6.1.6. A pregoeira procederá à abertura dos **Envelopes A**, conferirá e examinará as propostas nele contidas, bem como a regularidade das mesmas.
- 6.1.7. A pregoeira, após o exame e conferência das propostas, classificará a de menor preço e aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço.
- 6.1.8. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, a pregoeira classificará as propostas subseqüentes de menor preço, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.
- 6.1.9. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a pregoeira selecionará todas as propostas em condições de igualdade para a etapa competitiva de lances verbais; realizando, neste caso, sorteio para definir a ordem de classificação.
- 6.1.10. Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do edital e esteja com o preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita devendo a pregoeira negociar, visando obter preço melhor.
- 6.1.11. Quando todas as propostas escritas forem desclassificadas, a Pregoeira poderá suspender o pregão e estabelecer uma nova data, com prazo não superior a 03 (três) dias úteis, para o recebimento de novas propostas.
- 6.1.12. Para a participante do certame ME ou EPP, devidamente comprovado, a documentação de regularidade fiscal e trabalhista poderá ser regularizada após ser declarada vencedora, ou seja, para homologação e posterior contratação, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.
- 6.1.13. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, com a apresentação dos documentos exigidos no edital.
- 6.1.14. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 6.2. **ETAPA COMPETITIVA DE LANCES VERBAIS**
 - 6.2.1. Após a classificação das propostas, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes selecionados, que deverão, de forma sucessiva e distinta, apresentar seus lances, a começar com o autor da proposta selecionada de maior preço e seguido dos demais, em ordem decrescente, até que não haja mais cobertura da oferta de menor valor.
 - 6.2.2. Somente serão admitidos lances verbais cujos valores se situem abaixo do menor valor anteriormente registrado.
 - 6.2.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
 - 6.2.4. Caso não se realize lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e **o valor estimado para a contratação, será de R\$ 109.868,32 (cento e nove mil oitocentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos).**

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

- 6.2.5. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, a pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira oferta classificada quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 6.2.6. **O licitante que tiver apresentado cotação de preços, caso seja vencedor do certame, deverá adequar sua proposta com o valor igual ou menor ao apresentado na cotação.**
- 6.2.7. Sendo aceitável a proposta de menor preço, a pregoeira dará início à fase de habilitação com a abertura do envelope contendo a documentação do proponente da melhor oferta, confirmando as suas condições de habilitação.
- 6.2.8. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o licitante habilitado será declarado vencedor.
- 6.2.9. Se a oferta não for aceita ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas neste edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- 6.2.10. Caso não se realize lances verbais pelos licitantes selecionados e a proposta de menor preço vier a ser desclassificada ou, ainda, inabilitada, a pregoeira deverá restabelecer a etapa competitiva de lances entre os licitantes, obedecendo aos critérios anteriormente definidos neste Edital.
- 6.2.11. A pregoeira, juntamente com a equipe de apoio, lavrará ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados, dentre outros, os seguintes elementos: os licitantes credenciados; as propostas escritas e os lances verbais apresentados, na ordem de classificação; a análise da documentação exigida para habilitação; os recursos interpostos e demais ocorrências relevantes.
- 6.2.12. A Ata da sessão deverá ser assinada pela pregoeira, equipe de apoio e licitantes presentes.
- 6.2.13. Para a contratação, será observada, em caso de negociação, proposta de preços readequada ao que foi ofertado no lance verbal, que deverá guardar compatibilidade com a proposta escrita.
- 6.2.13.1. **O licitante vencedor deverá encaminhar, no prazo de até 01 (um) dia útil após o encerramento da sessão, nova planilha de preços, com valores readequados ao que foi ofertado no lance verbal.**

7. RECURSOS

- 7.1. Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, a intenção de recorrer da decisão da pregoeira, através do registro da síntese das suas razões em ata, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada implicará a decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor pela pregoeira.
- 7.2. Manifestada a intenção de recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contrarrazões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do recorrente.
- 7.3. O exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior do órgão ou entidade promotora da licitação, serão realizados pela pregoeira no prazo de até 03 (três) dias úteis.
- 7.4. A autoridade superior do órgão promotor do pregão terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso.
- 7.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 8.1. Não havendo recurso, a pregoeira adjudicará o objeto da licitação à proponente vencedora, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.
- 8.2. Decididos os recursos eventualmente interpostos e constatados a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado ao licitante vencedor, homologando, em seguida, o procedimento licitatório.
- 8.3. A adjudicação e a homologação do objeto desta licitação não implicarão direito à contratação.

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

9. CONTRATAÇÃO

- 9.1. O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no inciso I do art. 192 da Lei Estadual 9.433/05, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.
- 9.2. Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação.
- 9.3. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.
- 9.4. A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.
- 9.5. A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do §1º do art. 143 da Lei Estadual nº. 9.433/05.
- 9.6. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.
- 9.7. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1. Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada a execução contratual, considerando as ordens de serviços expedidas no mês, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.
- 10.2. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da mesma por parte da contratada.
- 10.3. A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IPCA *pro rata tempore*.
- 10.4. Em conformidade com o § 4º inc. II do art. 40, nas compras para entrega imediata assim entendida aquelas com prazo de entrega até trinta dias contados da data da celebração do ajuste será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias.

11. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

- 11.1. Os preços são fixos e irreeajustáveis.

12. FORMA DE FORNECIMENTO

- 12.1. A forma de fornecimento do presente contrato está definida no **item VII do preâmbulo**.

13. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 13.1. Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei Estadual 9.433/05, bem assim receber o objeto segundo o disposto no art. 161 do mesmo diploma legal, competindo ao servidor ou comissão designados, primordialmente:
 - a) anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

- b) transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos e cronogramas de execução, quando for o caso;
 - c) dar imediata ciência a seus superiores e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
 - d) adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;
 - e) promover, com a presença da contratada, a verificação da execução já realizada, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;
 - f) esclarecer prontamente as dúvidas da contratada, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;
 - g) cumprir as diretrizes traçadas pelo órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios;
 - h) fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
 - i) ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da contratada, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da contratada, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;
 - j) solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato.
- 13.2. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não eximirá a contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

14. PENALIDADES

- 14.1. Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184 e 185 da Lei Estadual 9.433/05, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.
- 14.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:
- I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
 - II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;
 - III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.
- 14.2.1. A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.
- 14.2.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.
- 14.2.3. Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.
- 14.2.4. Não tendo sido prestada garantia à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

- 14.2.5. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 14.3. Será advertido verbalmente, pela pregoeira, o licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo essa autoridade determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.
- 14.4. Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei 9.433/05.
- 14.5. Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184 e II, III e V do art. 185 da Lei 9.433/05.
- 14.6. Para a aplicação das penalidades previstas será levada em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

15. RESCISÃO

- 15.1. A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na Lei Estadual nº. 9.433/05.
- 15.2. A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrita do contratante nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual nº. 9.433/05.
- 15.3. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei Estadual nº. 9.433/05, sem que haja culpa da contratada, será esta, ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido na forma do § 2º do art. 168 do mesmo diploma.

16. REVOGAÇÃO – ANULAÇÃO

- 16.1. A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 122 da Lei Estadual nº. 9.433/05.

17. IMPUGNAÇÕES

- 17.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, cabendo a pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 01 (um) dia útil.
- 17.2. Qualquer impugnação somente será aceita quando protocolada no Departamento de Licitação e Contratos no mesmo prazo anteriormente mencionado e no horário de funcionamento estabelecido no preâmbulo do Edital
- 17.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá a Pregoeira, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 18.2. A pregoeira poderá, em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, procedendo ao registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos mesmos, bem como promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 18.3. A pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.
- 18.4. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

- 18.5. Será facultado a Prefeitura Municipal de Feira de Santana, quando o convocado não assinar, aceitar ou retirar o instrumento contratual, no prazo e condições estabelecidos, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar o Certame.
- 18.6. Ficará assegurado a Prefeitura Municipal de Feira de Santana o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o presente Certame, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.
- 18.7. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a Prefeitura Municipal de Feira de Santana não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.8. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 18.9. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.
- 18.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.
- 18.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e se incluirá o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Feira de Santana.
- 18.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do referido certame.
- 18.13. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.
- 18.14. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado, por escrito à Pregoeira, no Departamento de Licitação e Contratos, por meio do Fax: (75) 3602-8333 ou através do e-mail informado no edital, **até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura do Certame.**
- 18.15. A homologação do resultado desta licitação não gerará direito à contratação do vencedor.
- 18.16. As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação poderão ser prestados pela pregoeira, no local e horário indicados no **item XII do preâmbulo** e no portal www.feiradesantana.ba.gov.br.
- 18.17. Deverá o licitante atualizar-se constantemente no site da prefeitura: www.feiradesantana.ba.gov.br, para ficar ciente de algum ajuste porventura existente no referido Edital.
- 18.18. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira, que se valerá dos dispositivos legais inerentes à licitação e os seus princípios.
- 18.19. São partes indissociáveis deste Edital os seguintes anexos:
 - I. **Termo de Referência;**
 - II. **Modelo de Proposta de Preços;**
 - III. **Orçamento da Administração;**
 - IV. **Modelo de Procuração para a Prática de Atos Concernentes ao Certame;**
 - V. **Modelo de Declaração da Proteção ao Trabalho do Menor;**
 - VI. **Minuta de Contrato;**
 - VII. **Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação;**

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

- VIII. **Modelo de Declaração de Microempreendedor Individual/ Microempresa/ Empresa de Pequeno Porte;**
- IX. **Modelo de Declaração de Superveniência;**
- X. **Modelo de Declaração de Inexistência do Servidor Público/ Empregado Público;**
- XI. **Declaração individual de todos os sócios, de inexistência de fatos impeditivos para contratar com a Administração Pública.**

Feira de Santana, 11 de dezembro de 2018.

Mariane Jerusa das Neves
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Feira de Santana
LICITAÇÃO Nº. 303-2018 – PREGÃO
PRESENCIAL Nº. 173-2018
O Edital da licitação acima mencionada
foi devidamente analisado e aprovado
com observância às exigências legais
constantes das Leis Federal nº 10.520,
8.666 e Estadual 9.433/2005.

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Modalidade de Licitação PREGÃO PRESENCIAL	Número 173-2018
---	--------------------

Contratação de empresa para aquisição de óleos, graxa, filtros, fluidos, aditivos, anel oring tampa/óleo para motor Fiat e abraçadeira para terminal de combustível para os veículos da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, das marcas: RENAULT, FIAT, VOLKSWAGEM, FORD, IVECO, AGRALE, MERCEDES BENZ, MARCO POLO, VOLARE, CHEVROLET, KIA, CITROEN, NISSAN, ou outras marcas que possam ser adquiridas posteriormente, pelo período de 12 (doze) meses.

- O prazo de validade da proposta é de: 60 (sessenta) dias.
- **Prazo de execução do objeto:** 12 (doze) meses, a contar da emissão da Ordem de Fornecimento pelo Órgão Competente.
- **Critério de julgamento:** menor valor global.

1. Da Justificativa

1.1. Justifica-se a presente aquisição, objeto deste termo de referência, dada a necessidade da Secretaria Municipal de Administração, em atender a solicitação e as necessidades do Departamento de Gestão de Veículos, no que tange aos quantitativos e especificações discriminados neste Termo, em função de possíveis trocas de óleos lubrificantes, fluidos de freios e substituições de filtros, atrelado ao cumprimento do Cronograma de manutenções periódicas dos veículos da Prefeitura de Feira de Santana.

2. Do Prazo de Execução

2.1. O prazo de vigência da presente aquisição será de 12 (doze) meses, a contar da emissão da Ordem de Fornecimento pelo Órgão Competente.

3. Da Fundamentação Legal

3.1. Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto na Lei nº. 10.520/02 subsidiariamente, nas Leis nºs. 9.433/05 e 8.666/93, e nas demais normas legais e regulamentares pertinentes, onde os bens e serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de bens e serviços comuns.

4. Da execução do objeto

4.1. A CONTRATADA deverá possuir sede ou filial no município de Feira de Santana, além de estar localizada no perímetro urbano da cidade, evitando que os veículos realizem deslocamentos por muitos quilômetros, o que de fato seria inviável e desvantajoso para administração pública, visto que a mesma preza pelo princípio da economicidade;

4.2. Fornecer Óleo 40, lubrificante mineral mono viscoso para uso em motores a diesel com aspiração natural e superalimentados, exigindo como nível de desempenho APICF, e óleo multe viscoso APICG4, CH4 para motores turbinados, SW30 e óleo sintético com viscosidade 5W40, 10W40 API superior a SL.

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

4.3. As marcas dos óleos solicitados não podem possuir restrições na ANP (Agência Nacional de Petróleo).

4.4. A CONTRATADA deverá fornecer filtros de 1ª (primeira) linha.

4.5. Ter espaço adequado para as trocas de óleos, filtros e acessórios, com cobertura para os veículos de pequeno, médio e grande porte. Sendo que esses serviços não terão custos adicionais para a Prefeitura de Feira de Santana.

4.6. Os serviços a serem realizados, deverão ser feitos no mesmo local.

4.7. A empresa não poderá fazer subcontratação para execução do objeto deste contrato.

4.8. Os produtos solicitados serão utilizados de acordo com a necessidade de cada veículo.

4.9. Em relação aos preços apresentados, estes não poderão ser superiores aos praticados nas vendas à vista para o consumidor comum.

4.10. A empresa deve ser especializada com o solicitado no Edital, ou seja, troca de óleos e filtros.

4.11. Os óleos lubrificantes e os filtros são para os veículos de motores a diesel, gasolina e etanol, das marcas: RENAULT, FIAT, VOLKSWAGEM, FORD, IVECO, AGRALE, MERCEDES BENZ, MARCO POLO, VOLARE, CHEVROLET, KIA, CITROEN, NISSAN, entre outras marcas de veículos que possam ser adquiridos posteriormente pela Prefeitura;

4.12. Após o resultado da licitação, será realizada uma diligência nas dependências da empresa ganhadora para averiguação da real possibilidade da mesma em atender ao que solicita o Edital, no que se referem às instalações físicas e equipamentos. **Esta comissão será formada pelos servidores efetivos, Srs. Marcos Porto, Jocélio Ribeiro e Carlos André Cerqueira.**

5. Das Especificações / Quantitativos

Os quantitativos serão distribuídos conforme planilha abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1.	FLUIDO DE DIREÇÃO HID. EMB 1000ML	UND	36
2.	FLUIDO DE FREIO DOT-4, EMB 500ML	UND	60
3.	FLUIDO DE FREIO DOT-3, EMB 500ML	UND	60
4.	SOLUÇÃO ARREFECEDORA PARA RADIADORES	LT	36
5.	OLEO LUBRIFICANTE 0W20	LT	36
6.	ÓLEO SAE 5W40	LT	240
7.	ÓLEO SAE 10W40	LT	120
8.	OLEO LUBRIFICANTE 2T 500ML	UND	24
9.	OLEO PARA MOTO 4T 10W30	LT	120
10	ÓLEO PARA MOTOICLETA 4T SAE 20W50	LT	120
11	OLEO LUBRIFICANTE 5W20 LITRO	LT	36
12	OLEO LUBRIFICANTE 75W90 LITRO	LT	24
13	ÓLEO ISSO 68 P/SIST HID, EMB 1000ML	UND	24
14	OLEO LUBRIFICANTE 75W80 LITRO	LT	24
15	OLEO LUBRIFICANTE 75W85	LT	24
16	OLEO LUBRIFICANTE SAE 80W90 LITRO	LT	24
17	ÓLEO 15W40 API CI-4 DIESEL	LT	1200
18	OLEO LUBRIFICANTE SAE 140 BALDE	BD	5
19	ÓLEO SAE 5W30	LT	600
20	OLEO LUBRIICANTE SAE 85W140 BALDE	BD	5

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

21	OLEO LUBRIFICANTE 80W LITRO	LT	24
22	OLEO LUBRIFICANTE SAE 85W140 LITRO	LT	24
23	OLEO LUBRIFICANTE SAE 90 BALDE	BD	5
24	OLEO LUBRIFICANTE SAE 90 LITRO	LT	24
25	OLEO LUBRIFICANTE SAE 140 LITRO	LT	24
26	ADIT. PARA RADIADOR, EMB 1000ML	UND	36
27	GRAXA PARA LUBRIF. BALDE DE 20KG	BD	10
28	DESENGRIPANTE WHITE LUB 300 ML	UND	24
29	ARRUELA DE VEDAÇÃO PARA BUJÃO DO CARTER	UND	50
30	BUJÃO PARA CARTER DO MOTOR	UND	50
31	ANEL OURINGUE TAMPA/OLEO PARA MOTOR	UND	50
32	ABRAÇADEIRA PARA TERMINAL DE COMB	UND	50
33	ORBI AIR - HIGIENIZAÇÃO DE ARCONDICIONADO	UND	60
34	FILTRO LUB TF PSL 147	UND	12
35	FILTRO LUB TF PSL 340	UND	6
36	FILTRO LUB TF PSL 55	UND	48
37	FILTRO LUB TF PSL 563	UND	24
38	FILTRO LUB TF PSL 619	UND	24
39	FILTRO LUB TF PSL 655	UND	12
40	FILTRO LUB TF PSL 77	UND	24
41	FILTRO LUB TF PSL 78	UND	24
42	FILTRO LUB TF PEL 2002	UND	6
43	FILTRO LUB TF PSL 283	UND	12
44	FILTRO LUB TF OSK (TM5)	UND	12
45	FILTRO LUB TF PEL 2003	UND	6
46	FILTRO LUB TF PSL 560	UND	24
47	FILTRO LUB TF PEL 675	UND	12
48	FILTRO LUB TF PSL 145	UND	24
49	FILTRO LUB PARKER REL 804	UND	6
50	FILTRO LUB PARKER REL 814	UND	6
51	FILTRO LUB TF MANN W 1160	UND	6
52	FILTRO LUB WEGA WO 130	UND	12
53	FILTRO COMB PARKER R120L	UND	12
54	FILTRO WEGA FCD 0771	UND	12
55	FILTRO COMB WEGA FCD 4000	UND	12
56	FILTRO COMB TF FC 161	UND	6
57	FILTRO COMB TF GI 06/7	UND	12
58	FILTRO COMB TF GI 40/7	UND	24
59	FILTRO COMB TF GI 50/7	UND	24
60	FILTRO COMB TF PEC 3014	UND	6
61	FILTRO COMB TF PEC 3022	UND	6
62	FILTRO COMB TF PSC 353	UND	6
63	FILTRO COMB TF PSC 706	UND	6
64	FILTRO COMB TF PSC 75	UND	12
65	FILTRO COMB TF PSD 960/1	UND	6
66	FILTRO COMB TF PSD 964	UND	6
67	FILTRO COMB TF PSD 980	UND	6
68	FILTRO COMB TF PSD 970/1	UND	6
69	FILTRO COMB PARKER R 120	UND	6
70	FILTRO COMB PARKER R120LJ	UND	12
71	FILTRO COMB PARKER R90-10M	UND	6
72	FILTRO COMB PARKER R90-30M	UND	6
73	FILTRO COMB PARKER REC 153	UND	6
74	FILTRO COMB PARKER S-3015	UND	6

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

75	FILTRO COMB PARKER S-3070	UND	6
76	FILTRO COMB PARKER S-3242	UND	6
77	FILTRO DE AR TF ACP 103	UND	12
78	FILTRO DE AR TF ACP 104	UND	6
79	FILTRO DE AR TF ACP 200	UND	6
80	FILTRO DE AR TF ACP 212	UND	6
81	FILTRO DE AR TF ACP 429	UND	6
82	FILTRO DE AR TF ACP 906	UND	12
83	FILTRO DE AR TF ARL 4150	UND	24
84	FILTRO DE AR TF ARL 4152	UND	12
85	FILTRO DE AR TF ARL 5138	UND	6
86	FILTRO DE AR TF ARL 9603	UND	6
87	FILTRO DE AR TF ARS 1029	UND	3
88	FILTRO DE AR TF ARS 3003	UND	6
89	FILTRO DE AR TF ARS 5673	UND	6
90	FILTRO DE AR TF ARS 7994	UND	3
91	FILTRO DE AR TF ARS 8234	UND	6
92	FILTRO DE AR TF ARS 8236	UND	6
93	FILTRO DE AR TF ARS 9837	UND	6
94	FILTRO DE AR TF ARS 9838	UND	6
95	FILTRO DE AR TF ARS 9839	UND	6
96	FILTRO DE AR TF ASR 203	UND	6
97	FILTRO DE AR TF ASR 839	UND	6
98	FILTRO DE AR TF ACP 131	UND	6
99	FILTRO DE AR TF ARL 4147	UND	24
10	FILTRO DE AR TF ART 6098	UND	12
10	FILTRO LUB TF PSL 962	UND	12
10	FILTRO LUB TF PEL 312	UND	6
10	FILTRO DE AR TF ARL 5139	UND	6
10	FILTRO DE AR TF ARL 5140	UND	6
10	TF ACP 303	UND	12
10	TF PSL 962	UND	12
10	TF AP 7998	UND	12
10	TF PEL 309	UND	6
10	TF ARS 7994	UND	6
11	WEGA FCD 785	UND	2
11	TF ARL 2338	UND	6
11	TF ARL 2340	UND	6
11	TF PSL 818	UND	12
11	WEGA AKX 1201	UND	6
11	TF ARL 5141	UND	6
11	TF ACP 972	UND	6

6. Da Previsão de Despesa

A previsão da despesa para atender ao objeto está estimada em **R\$ 109.868,32 (cento e nove mil oitocentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos)**.

O valor referencial foi resultante da média das cotações apresentadas por ser mais vantajoso para Administração. Informamos que, apesar da ampla busca no mercado, apenas duas empresas apresentaram cotação (conforme e-mails, em anexo) e não obtivemos mais de uma cotação para todos os itens.

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Modalidade de Licitação PREGÃO PRESENCIAL	Número 173-2018
---	--------------------

Contratação de empresa para aquisição de óleos, graxa, filtros, fluidos, aditivos, anel oring tampa/óleo para motor Fiat e abraçadeira para terminal de combustível para os veículos da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, das marcas: RENAULT, FIAT, VOLKSWAGEM, FORD, IVECO, AGRALE, MERCEDES BENZ, MARCO POLO, VOLARE, CHEVROLET, KIA, CITROEN, NISSAN, ou outras marcas que possam ser adquiridas posteriormente, pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	FLUIDO DE DIREÇÃO HID. EMB 1000ML	Unidade	36			
02	FLUIDO DE FREIO DOT-4, EMB 500ML	Unidade	60			
03	FLUIDO DE FREIO DOT-3, EMB 500ML	Unidade	60			
04	SOLUÇÃO ARREFECEDORA PARA RADIADORES	Litro	36			
05	OLEO LUBRIFICANTE 0W20	Litro	36			
06	ÓLEO SAE 5W40	Litro	240			
07	ÓLEO SAE 10W40	Litro	120			
08	OLEO LUBRIFICANTE 2T 500ML	Unidade	24			
09	OLEO PARA MOTO 4T 10W30	Litro	120			
10	ÓLEO PARA MOTOICLETA 4T SAE 20W50	Litro	120			
11	OLEO LUBRIFICANTE 5W20 LITRO	Litro	36			
12	OLEO LUBRIFICANTE 75W90 LITRO	Litro	24			
13	ÓLEO ISSO 68 P/SIST HID, EMB 1000ML	Unidade	24			
14	OLEO LUBRIFICANTE 75W80 LITRO	Litro	24			
15	OLEO LUBRIFICANTE 75W85	Litro	24			
16	OLEO LUBRIFICANTE SAE 80W90 LITRO	Litro	24			
17	ÓLEO 15W40 API CI-4 DIESEL	Litro	1200			
18	OLEO LUBRIFICANTE SAE 140 BALDE	Balde	05			
19	ÓLEO SAE 5W30	Litro	600			
20	OLEO LUBRIFICANTE SAE 85W140 BALDE	Balde	05			
21	OLEO LUBRIFICANTE 80W LITRO	Litro	24			
22	OLEO LUBRIFICANTE SAE 85W140 LITRO	Litro	24			
23	OLEO LUBRIFICANTE SAE 90 BALDE	Balde	05			
24	OLEO LUBRIFICANTE SAE 90 LITRO	Litro	24			
25	OLEO LUBRIFICANTE SAE 140 LITRO	Litro	24			
26	ADIT. PARA RADIADOR, EMB 1000ML	Unidade	36			
27	GRAXA PARA LUBRIF. BALDE DE 20KG	Balde	10			
28	DESENGRIPANTE WHITE LUB 300 ML	Unidade	24			
29	ARRUELA DE VEDAÇÃO PARA BUJÃO DO CARTER	Unidade	50			
30	BUJÃO PARA CARTER DO MOTOR	Unidade	50			
31	ANEL OURINGUE TAMPA/OLEO PARA MOTOR	Unidade	50			
32	ABRAÇADEIRA PARA TERMINAL DE COMB	Unidade	50			
33	ORBI AIR - HIGIENIZAÇÃO DE ARCONDICIONADO	Unidade	60			
34	FILTRO LUB TF PSL 147	Unidade	12			
35	FILTRO LUB TF PSL 340	Unidade	06			
36	FILTRO LUB TF PSL 55	Unidade	48			
37	FILTRO LUB TF PSL 563	Unidade	24			
38	FILTRO LUB TF PSL 619	Unidade	24			

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

39	FILTRO LUB TF PSL 655	Unidade	12			
40	FILTRO LUB TF PSL 77	Unidade	24			
41	FILTRO LUB TF PSL 78	Unidade	24			
42	FILTRO LUB TF PEL 2002	Unidade	06			
43	FILTRO LUB TF PSL 283	Unidade	12			
44	FILTRO LUB TF OSK (TM5)	Unidade	12			
45	FILTRO LUB TF PEL 2003	Unidade	06			
46	FILTRO LUB TF PSL 560	Unidade	24			
47	FILTRO LUB TF PEL 675	Unidade	12			
48	FILTRO LUB TF PSL 145	Unidade	24			
49	FILTRO LUB PARKER REL 804	Unidade	06			
50	FILTRO LUB PARKER REL 814	Unidade	06			
51	FILTRO LUB TF MANN W 1160	Unidade	06			
52	FILTRO LUB WEGA WO 130	Unidade	12			
53	FILTRO COMB PARKER R120L	Unidade	12			
54	FILTRO WEGA FCD 0771	Unidade	12			
55	FILTRO COMB WEGA FCD 4000	Unidade	12			
56	FILTRO COMB TF FC 161	Unidade	06			
57	FILTRO COMB TF GI 06/7	Unidade	12			
58	FILTRO COMB TF GI 40/7	Unidade	24			
59	FILTRO COMB TF GI 50/7	Unidade	24			
60	FILTRO COMB TF PEC 3014	Unidade	06			
61	FILTRO COMB TF PEC 3022	Unidade	06			
62	FILTRO COMB TF PSC 353	Unidade	06			
63	FILTRO COMB TF PSC 706	Unidade	06			
64	FILTRO COMB TF PSC 75	Unidade	12			
65	FILTRO COMB TF PSD 960/1	Unidade	06			
66	FILTRO COMB TF PSD 964	Unidade	06			
67	FILTRO COMB TF PSD 980	Unidade	06			
68	FILTRO COMB TF PSD 970/1	Unidade	06			
69	FILTRO COMB PARKER R 120	Unidade	06			
70	FILTRO COMB PARKER R120LJ	Unidade	12			
71	FILTRO COMB PARKER R90-10M	Unidade	06			
72	FILTRO COMB PARKER R90-30M	Unidade	06			
73	FILTRO COMB PARKER REC 153	Unidade	06			
74	FILTRO COMB PARKER S-3015	Unidade	06			
75	FILTRO COMB PARKER S-3070	Unidade	06			
76	FILTRO COMB PARKER S-3242	Unidade	06			
77	FILTRO DE AR TF ACP 103	Unidade	12			
78	FILTRO DE AR TF ACP 104	Unidade	06			
79	FILTRO DE AR TF ACP 200	Unidade	06			
80	FILTRO DE AR TF ACP 212	Unidade	06			
81	FILTRO DE AR TF ACP 429	Unidade	06			
82	FILTRO DE AR TF ACP 906	Unidade	12			
83	FILTRO DE AR TF ARL 4150	Unidade	24			
84	FILTRO DE AR TF ARL 4152	Unidade	12			
85	FILTRO DE AR TF ARL 5138	Unidade	06			
86	FILTRO DE AR TF ARL 9603	Unidade	06			
87	FILTRO DE AR TF ARS 1029	Unidade	03			
88	FILTRO DE AR TF ARS 3003	Unidade	06			

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

89	FILTRO DE AR TF ARS 5673	Unidade	06			
90	FILTRO DE AR TF ARS 7994	Unidade	03			
91	FILTRO DE AR TF ARS 8234	Unidade	06			
92	FILTRO DE AR TF ARS 8236	Unidade	06			
93	FILTRO DE AR TF ARS 9837	Unidade	06			
94	FILTRO DE AR TF ARS 9838	Unidade	06			
95	FILTRO DE AR TF ARS 9839	Unidade	06			
96	FILTRO DE AR TF ASR 203	Unidade	06			
97	FILTRO DE AR TF ASR 839	Unidade	06			
98	FILTRO DE AR TF ACP 131	Unidade	06			
99	FILTRO DE AR TF ARL 4147	Unidade	24			
100	FILTRO DE AR TF ART 6098	Unidade	12			
101	FILTRO LUB TF PSL 962	Unidade	12			
102	FILTRO LUB TF PEL 312	Unidade	06			
103	FILTRO DE AR TF ARL 5139	Unidade	06			
104	FILTRO DE AR TF ARL 5140	Unidade	06			
105	TF ACP 303	Unidade	12			
106	TF PSL 962	Unidade	12			
107	TF AP 7998	Unidade	12			
108	TF PEL 309	Unidade	06			
109	TF ARS 7994	Unidade	06			
110	WEGA FCD 785	Unidade	02			
111	TF ARL 2338	Unidade	06			
112	TF ARL 2340	Unidade	06			
113	TF PSL 818	Unidade	12			
114	WEGA AKX 1201	Unidade	06			
115	TF ARL 5141	Unidade	06			
116	TF ACP 972	Unidade	06			
Valor total						

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de execução do objeto: 12 (doze) meses, a contar da emissão da Ordem de Fornecimento pelo Órgão Competente.

OBSERVAÇÃO:

Para a contratação, o licitante vencedor deverá encaminhar, no prazo de até 01 (um) dia útil após o encerramento da sessão, nova planilha de preços, com valores readequados ao que foi ofertado no lance verbal.

RAZÃO SOCIAL

CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

E ASSINATURA

TELEFONE PARA CONTATO

E-MAIL CORPORATIVO

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:

CPF:

FUNÇÃO/CARGO:

TELEFONE:

E-MAIL CORPORATIVO:

OBS: ESTE MODELO DEVE SER APRESENTADO COM A LOGOMARCA E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

ANEXO III
ORÇAMENTO BÁSICO DA ADMINISTRAÇÃO

Modalidade de Licitação PREGÃO PRESENCIAL	Número 173-2018
---	--------------------

Contratação de empresa para aquisição de óleos, graxa, filtros, fluidos, aditivos, anel oring tampa/óleo para motor Fiat e abraçadeira para terminal de combustível para os veículos da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, das marcas: RENAULT, FIAT, VOLKSWAGEM, FORD, IVECO, AGRALE, MERCEDES BENZ, MARCO POLO, VOLARE, CHEVROLET, KIA, CITROEN, NISSAN, ou outras marcas que possam ser adquiridas posteriormente, pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	FLUIDO DE DIREÇÃO HID. EMB 1000ML	Unidade	36	21,25	765,00
02	FLUIDO DE FREIO DOT-4, EMB 500ML	Unidade	60	21,50	1.290,00
03	FLUIDO DE FREIO DOT-3, EMB 500ML	Unidade	60	12,00	720,00
04	SOLUÇÃO ARREFECEDORA PARA RADIADORES	Litro	36	49,95	1.798,20
05	OLEO LUBRIFICANTE 0W20	Litro	36	41,00	1.476,00
06	ÓLEO SAE 5W40	Litro	240	28,00	6.720,00
07	ÓLEO SAE 10W40	Litro	120	26,00	3.120,00
08	OLEO LUBRIFICANTE 2T 500ML	Unidade	24	8,80	211,20
09	OLEO PARA MOTO 4T 10W30	Litro	120	23,00	2.760,00
10	ÓLEO PARA MOTOICLETA 4T SAE 20W50	Litro	120	14,00	1.680,00
11	OLEO LUBRIFICANTE 5W20 LITRO	Litro	36	39,99	1.439,64
12	OLEO LUBRIFICANTE 75W90 LITRO	Litro	24	62,45	1.498,80
13	ÓLEO ISSO 68 P/SIST HID, EMB 1000ML	Unidade	24	12,00	288,00
14	OLEO LUBRIFICANTE 75W80 LITRO	Litro	24	40,00	960,00
15	OLEO LUBRIFICANTE 75W85	Litro	24	67,45	1.618,80
16	OLEO LUBRIFICANTE SAE 80W90 LITRO	Litro	24	14,00	336,00
17	ÓLEO 15W40 API CI-4 DIESEL	Litro	1200	13,00	15.600,00
18	OLEO LUBRIFICANTE SAE 140 BALDE	Balde	05	274,50	1.372,50
19	ÓLEO SAE 5W30	Litro	600	27,85	16.710,00
20	OLEO LUBRIFICANTE SAE 85W140 BALDE	Balde	05	319,50	1.597,50
21	OLEO LUBRIFICANTE 80W LITRO	Litro	24	13,00	312,00
22	OLEO LUBRIFICANTE SAE 85W140 LITRO	Litro	24	18,00	432,00
23	OLEO LUBRIFICANTE SAE 90 BALDE	Balde	05	272,00	1.360,00
24	OLEO LUBRIFICANTE SAE 90 LITRO	Litro	24	13,00	312,00
25	OLEO LUBRIFICANTE SAE 140 LITRO	Litro	24	15,00	360,00
26	ADIT. PARA RADIADOR, EMB 1000ML	Unidade	36	22,50	810,00
27	GRAXA PARA LUBRIF. BALDE DE 20KG	Balde	10	273,73	2.737,30
28	DESENGRIPANTE WHITE LUB 300 ML	Unidade	24	8,00	192,00
29	ARRUELA DE VEDAÇÃO PARA BUJÃO DO CARTER	Unidade	50	4,00	200,00
30	BUJÃO PARA CARTER DO MOTOR	Unidade	50	29,95	1.497,50
31	ANEL OURINGUE TAMPA/OLEO PARA MOTOR	Unidade	50	3,00	150,00
32	ABRAÇADEIRA PARA TERMINAL DE COMB	Unidade	50	4,99	249,50
33	ORBI AIR - HIGIENIZAÇÃO DE ARCONDICIONADO	Unidade	60	12,00	720,00
34	FILTRO LUB TF PSL 147	Unidade	12	26,48	317,76
35	FILTRO LUB TF PSL 340	Unidade	06	62,60	375,60
36	FILTRO LUB TF PSL 55	Unidade	48	15,00	720,00
37	FILTRO LUB TF PSL 563	Unidade	24	22,82	547,68

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

38	FILTRO LUB TF PSL 619	Unidade	24	12,00	288,00
39	FILTRO LUB TF PSL 655	Unidade	12	63,75	765,00
40	FILTRO LUB TF PSL 77	Unidade	24	28,15	675,60
41	FILTRO LUB TF PSL 78	Unidade	24	29,15	699,60
42	FILTRO LUB TF PEL 2002	Unidade	06	36,56	219,36
43	FILTRO LUB TF PSL 283	Unidade	12	82,47	989,64
44	FILTRO LUB TF OSK (TM5)	Unidade	12	24,91	298,92
45	FILTRO LUB TF PEL 2003	Unidade	06	36,08	216,48
46	FILTRO LUB TF PSL 560	Unidade	24	13,00	312,00
47	FILTRO LUB TF PEL 675	Unidade	12	62,25	747,00
48	FILTRO LUB TF PSL 145	Unidade	24	16,60	398,40
49	FILTRO LUB PARKER REL 804	Unidade	06	199,99	1.199,94
50	FILTRO LUB PARKER REL 814	Unidade	06	49,90	299,40
51	FILTRO LUB TF MANN W 1160	Unidade	06	171,66	1.029,96
52	FILTRO LUB WEGA WO 130	Unidade	12	12,00	144,00
53	FILTRO COMB PARKER R120L	Unidade	12	104,95	1.259,40
54	FILTRO WEGA FCD 0771	Unidade	12	76,75	921,00
55	FILTRO COMB WEGA FCD 4000	Unidade	12	187,20	2.246,40
56	FILTRO COMB TF FC 161	Unidade	06	6,80	40,80
57	FILTRO COMB TF GI 06/7	Unidade	12	20,00	240,00
58	FILTRO COMB TF GI 40/7	Unidade	24	15,00	360,00
59	FILTRO COMB TF GI 50/7	Unidade	24	15,00	360,00
60	FILTRO COMB TF PEC 3014	Unidade	06	83,91	503,46
61	FILTRO COMB TF PEC 3022	Unidade	06	58,76	352,56
62	FILTRO COMB TF PSC 353	Unidade	06	76,97	461,82
63	FILTRO COMB TF PSC 706	Unidade	06	199,40	1.196,40
64	FILTRO COMB TF PSC 75	Unidade	12	40,00	480,00
65	FILTRO COMB TF PSD 960/1	Unidade	06	58,71	352,26
66	FILTRO COMB TF PSD 964	Unidade	06	27,50	165,00
67	FILTRO COMB TF PSD 980	Unidade	06	97,45	584,70
68	FILTRO COMB TF PSD 970/1	Unidade	06	50,95	305,70
69	FILTRO COMB PARKER R 120	Unidade	06	61,90	371,40
70	FILTRO COMB PARKER R120LJ	Unidade	12	139,98	1.679,76
71	FILTRO COMB PARKER R90-10M	Unidade	06	89,95	539,70
72	FILTRO COMB PARKER R90-30M	Unidade	06	89,95	539,70
73	FILTRO COMB PARKER REC 153	Unidade	06	98,26	589,56
74	FILTRO COMB PARKER S-3015	Unidade	06	51,00	306,00
75	FILTRO COMB PARKER S-3070	Unidade	06	101,95	611,70
76	FILTRO COMB PARKER S-3242	Unidade	06	86,41	518,46
77	FILTRO DE AR TF ACP 103	Unidade	12	27,60	331,20
78	FILTRO DE AR TF ACP 104	Unidade	06	27,60	165,60
79	FILTRO DE AR TF ACP 200	Unidade	06	27,60	165,60
80	FILTRO DE AR TF ACP 212	Unidade	06	41,45	248,70
81	FILTRO DE AR TF ACP 429	Unidade	06	39,21	235,26
82	FILTRO DE AR TF ACP 906	Unidade	12	27,60	331,20
83	FILTRO DE AR TF ARL 4150	Unidade	24	15,00	360,00
84	FILTRO DE AR TF ARL 4152	Unidade	12	32,76	393,12
85	FILTRO DE AR TF ARL 5138	Unidade	06	35,46	212,76
86	FILTRO DE AR TF ARL 9603	Unidade	06	18,40	110,40
87	FILTRO DE AR TF ARS 1029	Unidade	03	46,66	139,98

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

88	FILTRO DE AR TF ARS 3003	Unidade	06	65,00	390,00
89	FILTRO DE AR TF ARS 5673	Unidade	06	94,16	564,96
90	FILTRO DE AR TF ARS 7994	Unidade	03	55,00	165,00
91	FILTRO DE AR TF ARS 8234	Unidade	06	94,96	569,76
92	FILTRO DE AR TF ARS 8236	Unidade	06	75,00	450,00
93	FILTRO DE AR TF ARS 9837	Unidade	06	132,18	793,08
94	FILTRO DE AR TF ARS 9838	Unidade	06	89,71	538,26
95	FILTRO DE AR TF ARS 9839	Unidade	06	108,16	648,96
96	FILTRO DE AR TF ASR 203	Unidade	06	67,71	406,26
97	FILTRO DE AR TF ASR 839	Unidade	06	54,76	328,56
98	FILTRO DE AR TF ACP 131	Unidade	06	27,60	165,60
99	FILTRO DE AR TF ARL 4147	Unidade	24	14,00	336,00
100	FILTRO DE AR TF ART 6098	Unidade	12	18,40	220,80
101	FILTRO LUB TF PSL 962	Unidade	12	28,00	336,00
102	FILTRO LUB TF PEL 312	Unidade	06	48,00	288,00
103	FILTRO DE AR TF ARL 5139	Unidade	06	57,67	346,02
104	FILTRO DE AR TF ARL 5140	Unidade	06	84,76	508,56
105	TF ACP 303	Unidade	12	27,60	331,20
106	TF PSL 962	Unidade	12	27,60	331,20
107	TF AP 7998	Unidade	12	28,00	336,00
108	TF PEL 309	Unidade	06	69,95	419,70
109	TF ARS 7994	Unidade	06	30,00	180,00
110	WEGA FCD 785	Unidade	02	70,00	140,00
111	TF ARL 2338	Unidade	06	48,61	291,66
112	TF ARL 2340	Unidade	06	36,80	220,80
113	TF PSL 818	Unidade	12	30,75	369,00
114	WEGA AKX 1201	Unidade	06	97,91	587,46
115	TF ARL 5141	Unidade	06	37,00	222,00
116	TF ACP 972	Unidade	06	27,60	165,60
Valor Total					109.868,32

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

ANEXO IV
MODELO DE PROCURAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

Modalidade de Licitação PREGÃO PRESENCIAL	Número 173-2018
---	--------------------

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua, nº como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para: apresentar proposta de preços, formular ofertas e lances, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc.

Feira de Santana, ____ de _____ de 2018.

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA

OBS: ESTE MODELO DEVE SER APRESENTADO COM A LOGOMARCA E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

Modalidade de Licitação PREGÃO PRESENCIAL	Número 173-2018
---	--------------------

Declaramos, sob as penas da lei, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual 9.433/05, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

- () nem menor de 16 anos.
- () nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Feira de Santana, ____ de _____ de 2018.

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA

OBS: ESTE MODELO DEVE SER APRESENTADO COM A LOGOMARCA E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

ANEXO VI
MINUTA DO CONTRATO

Contrato que entre si fazem, de um lado, o **MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no **CNPJ sob o nº 14.043.574/0001-51**, com sede na Av. Senhor dos Passos, nº 980, Centro - Feira de Santana-Ba, representada pelo Exmº Sr. Prefeito Colbert Martins da Silva Filho, autorizado pelo art. 86, XIV, da sua Lei Orgânica, doravante denominado **CONTRATANTE** e, do outro lado, _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, bairro, _____, cidade _____, inscrita no **CNPJ sob nº _____** através do seu representante legal, Sr.(a) _____, inscrito no CPF sob o nº _____, denominada **CONTRATADA**, observada a **Licitação nº 303-2018, Pregão Presencial nº 173-2018**, que se regerá pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Municipal nº. 2.593/05 de 07 de julho de 2005; Lei Estadual nº. 9.433/05 de 01 de março de 2005; Lei Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Municipal nº. 7.583, de 05 de setembro de 2008; Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Contratação de empresa para aquisição de óleos, graxa, filtros, fluidos, aditivos, anel oring tampa/óleo para motor Fiat e abraçadeira para terminal de combustível para os veículos da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, das marcas: RENAULT, FIAT, VOLKSWAGEM, FORD, IVECO, AGRALE, MERCEDES BENZ, MARCO POLO, VOLARE, CHEVROLET, KIA, CITROEN, NISSAN, ou outras marcas que possam ser adquiridas posteriormente, pelo período de 12 (doze) meses.

§1º. É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

§2º. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º e 3º do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, c/c ao art. 143, §1º e 3º, da Lei Estadual nº 9.433/05.

§3º. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

O prazo de execução será de 12 (doze) meses, a contar da emissão da Ordem de Fornecimento pelo Órgão Competente.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

O Contratante pagará à Contratada o preço de **R\$ 00.000,00** (especificar):

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	FLUIDO DE DIREÇÃO HID. EMB 1000ML	Unidade	36			
02	FLUIDO DE FREIO DOT-4, EMB 500ML	Unidade	60			
03	FLUIDO DE FREIO DOT-3, EMB 500ML	Unidade	60			
04	SOLUÇÃO ARREFECEDORA PARA RADIADORES	Litro	36			
05	OLEO LUBRIFICANTE 0W20	Litro	36			
06	ÓLEO SAE 5W40	Litro	240			
07	ÓLEO SAE 10W40	Litro	120			
08	OLEO LUBRIFICANTE 2T 500ML	Unidade	24			
09	OLEO PARA MOTO 4T 10W30	Litro	120			
10	ÓLEO PARA MOTOICLETA 4T SAE 20W50	Litro	120			
11	OLEO LUBRIFICANTE 5W20 LITRO	Litro	36			
12	OLEO LUBRIFICANTE 75W90 LITRO	Litro	24			

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

13	ÓLEO ISSO 68 P/SIST HID, EMB 1000ML	Unidade	24			
14	OLEO LUBRIFICANTE 75W80 LITRO	Litro	24			
15	OLEO LUBRIFICANTE 75W85	Litro	24			
16	OLEO LUBRIFICANTE SAE 80W90 LITRO	Litro	24			
17	ÓLEO 15W40 API CI-4 DIESEL	Litro	1200			
18	OLEO LUBRIFICANTE SAE 140 BALDE	Balde	05			
19	ÓLEO SAE 5W30	Litro	600			
20	OLEO LUBRIFICANTE SAE 85W140 BALDE	Balde	05			
21	OLEO LUBRIFICANTE 80W LITRO	Litro	24			
22	OLEO LUBRIFICANTE SAE 85W140 LITRO	Litro	24			
23	OLEO LUBRIFICANTE SAE 90 BALDE	Balde	05			
24	OLEO LUBRIFICANTE SAE 90 LITRO	Litro	24			
25	OLEO LUBRIFICANTE SAE 140 LITRO	Litro	24			
26	ADIT. PARA RADIADOR, EMB 1000ML	Unidade	36			
27	GRAXA PARA LUBRIF. BALDE DE 20KG	Balde	10			
28	DESENGRIPANTE WHITE LUB 300 ML	Unidade	24			
29	ARRUELA DE VEDAÇÃO PARA BUJÃO DO CARTER	Unidade	50			
30	BUJÃO PARA CARTER DO MOTOR	Unidade	50			
31	ANEL OURINGUE TAMPA/OLEO PARA MOTOR	Unidade	50			
32	ABRAÇADEIRA PARA TERMINAL DE COMB	Unidade	50			
33	ORBI AIR - HIGIENIZAÇÃO DE ARCONDICIONADO	Unidade	60			
34	FILTRO LUB TF PSL 147	Unidade	12			
35	FILTRO LUB TF PSL 340	Unidade	06			
36	FILTRO LUB TF PSL 55	Unidade	48			
37	FILTRO LUB TF PSL 563	Unidade	24			
38	FILTRO LUB TF PSL 619	Unidade	24			
39	FILTRO LUB TF PSL 655	Unidade	12			
40	FILTRO LUB TF PSL 77	Unidade	24			
41	FILTRO LUB TF PSL 78	Unidade	24			
42	FILTRO LUB TF PEL 2002	Unidade	06			
43	FILTRO LUB TF PSL 283	Unidade	12			
44	FILTRO LUB TF OSK (TM5)	Unidade	12			
45	FILTRO LUB TF PEL 2003	Unidade	06			
46	FILTRO LUB TF PSL 560	Unidade	24			
47	FILTRO LUB TF PEL 675	Unidade	12			
48	FILTRO LUB TF PSL 145	Unidade	24			
49	FILTRO LUB PARKER REL 804	Unidade	06			
50	FILTRO LUB PARKER REL 814	Unidade	06			
51	FILTRO LUB TF MANN W 1160	Unidade	06			
52	FILTRO LUB WEGA WO 130	Unidade	12			
53	FILTRO COMB PARKER R120L	Unidade	12			
54	FILTRO WEGA FCD 0771	Unidade	12			
55	FILTRO COMB WEGA FCD 4000	Unidade	12			
56	FILTRO COMB TF FC 161	Unidade	06			
57	FILTRO COMB TF GI 06/7	Unidade	12			
58	FILTRO COMB TF GI 40/7	Unidade	24			
59	FILTRO COMB TF GI 50/7	Unidade	24			
60	FILTRO COMB TF PEC 3014	Unidade	06			
61	FILTRO COMB TF PEC 3022	Unidade	06			
62	FILTRO COMB TF PSC 353	Unidade	06			

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

63	FILTRO COMB TF PSC 706	Unidade	06			
64	FILTRO COMB TF PSC 75	Unidade	12			
65	FILTRO COMB TF PSD 960/1	Unidade	06			
66	FILTRO COMB TF PSD 964	Unidade	06			
67	FILTRO COMB TF PSD 980	Unidade	06			
68	FILTRO COMB TF PSD 970/1	Unidade	06			
69	FILTRO COMB PARKER R 120	Unidade	06			
70	FILTRO COMB PARKER R120LJ	Unidade	12			
71	FILTRO COMB PARKER R90-10M	Unidade	06			
72	FILTRO COMB PARKER R90-30M	Unidade	06			
73	FILTRO COMB PARKER REC 153	Unidade	06			
74	FILTRO COMB PARKER S-3015	Unidade	06			
75	FILTRO COMB PARKER S-3070	Unidade	06			
76	FILTRO COMB PARKER S-3242	Unidade	06			
77	FILTRO DE AR TF ACP 103	Unidade	12			
78	FILTRO DE AR TF ACP 104	Unidade	06			
79	FILTRO DE AR TF ACP 200	Unidade	06			
80	FILTRO DE AR TF ACP 212	Unidade	06			
81	FILTRO DE AR TF ACP 429	Unidade	06			
82	FILTRO DE AR TF ACP 906	Unidade	12			
83	FILTRO DE AR TF ARL 4150	Unidade	24			
84	FILTRO DE AR TF ARL 4152	Unidade	12			
85	FILTRO DE AR TF ARL 5138	Unidade	06			
86	FILTRO DE AR TF ARL 9603	Unidade	06			
87	FILTRO DE AR TF ARS 1029	Unidade	03			
88	FILTRO DE AR TF ARS 3003	Unidade	06			
89	FILTRO DE AR TF ARS 5673	Unidade	06			
90	FILTRO DE AR TF ARS 7994	Unidade	03			
91	FILTRO DE AR TF ARS 8234	Unidade	06			
92	FILTRO DE AR TF ARS 8236	Unidade	06			
93	FILTRO DE AR TF ARS 9837	Unidade	06			
94	FILTRO DE AR TF ARS 9838	Unidade	06			
95	FILTRO DE AR TF ARS 9839	Unidade	06			
96	FILTRO DE AR TF ASR 203	Unidade	06			
97	FILTRO DE AR TF ASR 839	Unidade	06			
98	FILTRO DE AR TF ACP 131	Unidade	06			
99	FILTRO DE AR TF ARL 4147	Unidade	24			
100	FILTRO DE AR TF ART 6098	Unidade	12			
101	FILTRO LUB TF PSL 962	Unidade	12			
102	FILTRO LUB TF PEL 312	Unidade	06			
103	FILTRO DE AR TF ARL 5139	Unidade	06			
104	FILTRO DE AR TF ARL 5140	Unidade	06			
105	TF ACP 303	Unidade	12			
106	TF PSL 962	Unidade	12			
107	TF AP 7998	Unidade	12			
108	TF PEL 309	Unidade	06			
109	TF ARS 7994	Unidade	06			
110	WEGA FCD 785	Unidade	02			
111	TF ARL 2338	Unidade	06			
112	TF ARL 2340	Unidade	06			

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

113	TF PSL 818	Unidade	12			
114	WEGA AKX 1201	Unidade	06			
115	TF ARL 5141	Unidade	06			
116	TF ACP 972	Unidade	06			

§1º - Nos preços previstos neste contrato estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Dotação - Unidade Gestora:	Projeto/Atividade:	Elemento de despesa:
0505 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEADM	04.122.051.2015	33.90.30.02
		33.90.30.06
		Fonte 00

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura e entrega, devidamente atestada a execução contratual, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.

- §1º. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da mesma por parte da CONTRATADA.
- §2º. A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IPCA do IBGE *pro rata tempore*.
- §3º. Em conformidade com o inc. II, §4, do art. 40, da Lei Federal nº 8.666/93, nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até trinta dias contados da data da celebração do ajuste, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias.

CLÁUSULA SEXTA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

Os preços são fixos e irreeajustáveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA**, além das determinações contidas no ANEXO I do Edital e daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- prestar o objeto de acordo com as especificações técnicas constantes no edital de licitação e no presente contrato, nos locais, dias e turnos determinados pela Administração;
- zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do contrato;
- arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

- e) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessárias à execução do contrato;
- g) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato;
- h) adimplir os fornecimentos exigidos pelo Edital e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- i) promover, por sua conta e risco, o transporte dos bens; no que couber;
- j) executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e/ou norma exigida, utilizando ferramentas apropriadas e dispondo de infra-estrutura e equipe técnica necessária à sua execução;
- k) trocar, às suas expensas, o bem que vier a ser recusado, no que couber;
- l) oferecer garantia e assistência técnica aos bens objeto deste contrato, através de rede autorizada do fabricante, identificando-a; quando for o caso;
- m) manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão-de-obra para execução completa e eficiente do transporte e montagem dos bens, no que couber;
- n) emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total;
- o) A CONTRATADA deverá possuir sede ou filial no município de Feira de Santana, além de estar localizada no perímetro urbano da cidade, evitando que os veículos realizem deslocamentos por muitos quilômetros, o que de fato seria inviável e desvantajoso para administração pública, visto que a mesma preza pelo princípio da economicidade;
- p) Fornecer Óleo 40, lubrificante mineral mono viscoso para uso em motores a diesel com aspiração natural e superalimentados, exigindo como nível de desempenho APICF, e óleo multe viscoso APICG4, CH4 para motores turbinados, SW30 e óleo sintético com viscosidade 5W40, 10W40 API superior a SL.
- q) As marcas dos óleos solicitados não podem possuir restrições na ANP (Agência Nacional de Petróleo).
- r) A CONTRATADA deverá fornecer filtros de 1ª (primeira) linha.
- s) Ter espaço adequado para as trocas de óleos, filtros e acessórios, com cobertura para os veículos de pequeno, médio e grande porte. Sendo que esses serviços **não terão custos adicionais para a Prefeitura de Feira de Santana.**
- t) Os serviços a serem realizados, deverão ser feitos no mesmo local.
- u) A empresa não poderá fazer subcontratação para execução do objeto deste contrato.
- v) Os produtos solicitados serão utilizados de acordo com a necessidade de cada veículo.
- w) Em relação aos preços apresentados, estes não poderão ser superiores aos praticados nas vendas à vista para o consumidor comum.
- x) A empresa deve ser especializada com o solicitado no Edital, ou seja, troca de óleos e filtros.
- y) Os óleos lubrificantes e os filtros são para os veículos de motores a diesel, gasolina e etanol, das marcas: RENAULT, FIAT, VOLKSWAGEM, FORD, IVECO, AGRALE, MERCEDES BENZ, MARCO POLO, VOLARE, CHEVROLET, KIA, CITROEN, NISSAN, entre outras marcas de veículos que possam ser adquiridos posteriormente pela Prefeitura;

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

- z) Após o resultado da licitação, será realizada uma diligência nas dependências da empresa ganhadora para averiguação da real possibilidade da mesma em atender ao que solicita o Edital, no que se referem às instalações físicas e equipamentos. **Esta comissão será formada pelos servidores efetivos, Srs. Marcos Porto, Jocélio Ribeiro e Carlos André Cerqueira.**

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- a) fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da assinatura;
- b) realizar o pagamento pela execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de fornecimento será: PARCELADA

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei Estadual 9.433/05, bem assim receber o objeto segundo o disposto no art. 161 da Lei Estadual 9.433/05, competindo ao servidor ou comissão designados, primordialmente:

- a) anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;
- b) transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos e cronogramas de execução, quando for o caso;
- c) dar imediata ciência a seus superiores e ao Órgão Central de Controle, Acompanhamento e Avaliação Financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
- d) adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;
- e) promover, com a presença da contratada, a verificação da execução já realizada, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;
- f) esclarecer prontamente as dúvidas da contratada, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;
- g) cumprir as diretrizes traçadas pelo órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios;
- h) fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- i) ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da contratada, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da contratada, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;
- j) solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato.

Parágrafo único: A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não eximirá à contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

Sem prejuízo da caracterização dos ilícitos administrativos previstos nos arts. 81, 88, 90, 92, 94, 95 e 96 da Lei Federal 8.666/93, c/c aos arts. 184 e 185 da Lei Estadual nº 9.433/05, com as cominações inerentes, a inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

I - 10% (dez por cento) sobre o valor deste contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, ou ainda na hipótese de negar-se a contratada a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§1º. A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

§2º. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

§3º. Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

§4º. Não tendo sido prestada garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido ao contratado o valor de qualquer multa porventura imposta.

§5º. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o Contratado da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e Estadual nº 9.433/05.

§º1. A rescisão poderá ser determinada, por ato unilateral e escrito do Contratante nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 167, incisos I a XV, XX e XXI da Lei Estadual nº 9.433/05.

§º2. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I, XIII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666 /93, c/c ao art. 167, incisos I, XVI, XX da Lei Estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 79 da Lei Geral de Licitações e o art. 168, §2º da supramencionada Lei Estadual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no edital da licitação e seus anexos e na proposta do licitante vencedor, apresentada na referida licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO

As partes elegem o Foro da Cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Feira de Santana, ____ de _____ de 2018.

**MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
CONTRATANTE**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA**

Testemunha

Testemunha

CPF: _____ . _____ . _____ - _____

CPF: _____ . _____ . _____ - _____

RG: _____

RG: _____

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Modalidade de Licitação PREGÃO PRESENCIAL	Número 173-2018
---	--------------------

Declaramos sob as penas da lei, especialmente em face do quanto disposto no inc. V do artigo 184 da Lei Estadual 9.433/05, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas a teor do art. 186 do mesmo diploma.

Declaramos também estarmos cientes sobre a responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública de acordo com a Lei 12.846/2013.

Feira de Santana, ____ de _____ de 2018.

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA

OBS: ESTE MODELO DEVE SER APRESENTADO COM A LOGOMARCA E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Modalidade de Licitação PREGÃO PRESENCIAL	Número 173-2018
---	--------------------

A empresa _____, CNPJ n.º _____, declara à Prefeitura Municipal de Feira de Santana, para fins de participação no procedimento licitatório em epígrafe, cumprir plenamente os requisitos para classificar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar Nº. 123, de 14 de dezembro de 2006. Declara-se, ainda, ciente das responsabilidades administrativa, civil e criminal.

_____, ____ de _____ de 2018.

Nome do Representante:
RG e CPF

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA

OBS: ESTE MODELO DEVE SER APRESENTADO COM A LOGOMARCA E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

Modalidade de Licitação PREGÃO PRESENCIAL	Número 173-2018
---	--------------------

Declaro, para efeito de Registro Cadastral, vir a informar qualquer fato superveniente impeditivo de licitar ou contratar com a Administração Pública que venha a ocorrer no período de validade do Certificado de Registro Cadastral, comprometendo-me ainda a manter atualizada a Certidão Negativa de Débito perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal, inclusive Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

_____, ____ de _____ de 2018.

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA

OBS: ESTE MODELO DEVE SER APRESENTADO COM A LOGOMARCA E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

ANEXO X
MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE SERVIDOR PÚBLICO/EMPREGADO PÚBLICO

Modalidade de Licitação PREGÃO PRESENCIAL	Número 173-2018
---	--------------------

À PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA

Declaramos, para os devidos fins legais, na qualidade de proponente da licitação acima mencionada, que não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Feira de Santana, _____ de _____ de 2018.

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA

OBS: ESTE MODELO DEVE SER APRESENTADO COM A LOGOMARCA E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitação e Contratos

ANEXO XI
MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DE SÓCIOS, PARA CONTRATAR
COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Modalidade de Licitação PREGÃO PRESENCIAL	Número 173-2018
---	--------------------

À PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA

Declaro, para os devidos fins legais, que Eu, *****, portador do RG, nº *****, inscrito no CPF, sob o nº ***** na qualidade de proponente da licitação acima mencionada, pessoa física devidamente qualificada, membro do quadro societário da empresa abaixo estabelecida, em atendimento ao art. 200, da Lei Estadual nº 9.433/05, ser **idôneo e não possuir qualquer fato impeditivo para licitar e contratar com a Administração Pública.**

Dado e passado, por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Feira de Santana, _____ de _____ de 2018.

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO SÓCIO
E ASSINATURA

OBS: ESTE MODELO DEVE SER APRESENTADO COM A LOGOMARCA E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA.